

das doze casas de clarissas em Portugal, teve a sua génese na devoção de Maria do Lado (†1632), cuja casa seria incorporada em 1692 no recolhimento do Lourçal, quando este passa a mosteiro. Relativamente à iconografia, a autora descreve a que está presente na pintura do teto da igreja deste mosteiro: “ao centro, a Exaltação do Santíssimo Sacramento surge enquadrada superiormente pela Santíssima Trindade e inferiormente pelo seu suporte terreno: São Francisco, Santa Clara, São Boaventura e duas religiosas franciscanas, uma das quais, possivelmente Maria do Lado” (p.83).

Inês Amorim apresentou a comunicação “Do monumento monástico-conventual à paisagem cultural – Património como processo: do sítio, das ideias e das necessidades”, em que se debruça sobre a principal questão relativa ao património construído, que é “o que fazer com o Património hoje” (p.91), citando inúmeros autores que já se debruçaram sobre este assunto. De facto não é fácil encontrar novas funções para conjuntos monásticos, nem tem sido uma preocupação evidente por parte do Estado proteger esta arquitetura tão presente na nossa paisagem e tão importante para a compreensão da nossa História. Mas a autora faz notar que “uma comunidade dinâmica, que mantém vivas as suas tradições, não carece de organismos de tutela para garantir a sua salvaguarda.” (p.94). Ora aí está. A concluir, destacamos o envolvimento dos Doutores Maria Alegria Marques, Helena Osswald, Luís Carlos Amaral, Maria de Fátima Eusébio e Virgolino Ferreira Jorge, que constituíram a Comissão Científica deste X Encontro Cultural no belíssimo mosteiro de São Cristóvão de Lafões.

OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.)

*Comendas Urbanas das Ordens Militares*

Lisboa: Edições Colibri, 2016. 246 p. ISBN: 978-989-689-588-4.

ERNESTO ALVES JANA

Esta obra resulta do passar a escrito daquilo que foi o 13º Curso sobre Ordens Militares realizado em 2014 (estes cursos intercalam os chamados Encontros ou, se quisermos congressos). O livro, de aspeto cuidado, faz de imediato recair a atenção na capa, com uma planta da vila de Setúbal executada no séc. XVII e que foi retirada do livro 29 do Códice Cadaval existente na Torre do Tombo. As badanas prolongam a vista da planta reforçando em simultâneo a solidez da capa brochada. Os textos apresentam-se numa mancha gráfica de aspeto cuidado e leitura agradável, tanto ao nível dos ensaios, das respetivas notas de rodapé e na inserção das imagens.

O tema do presente volume é praticamente uma novidade entre nós embora já se realizem estudos do género em França, tendo ocorrido apresentações nesse sentido, caso do Congresso Internacional de Troyes em 2012. O que terá sido uma perceção tornou-se, afinal, uma realidade, a constatação de que, ao instalarem as comendas das ordens milita-

res em zonas urbanas, estas começaram a interferir na vida das localidades e no respetivo espaço económico.

A obra, que contém um conjunto de sete estudos, inicia-se com um artigo de Luís Filipe Oliveira, “As Ordens Militares e as Cidades”. O autor do estudo já em meados de 2013 realizava uma conferência na Universidade Católica sobre esta temática, intitulada “As Ordens Militares na Lisboa Medieval: as casas das comendas”, facto que nos indica que Luís F. Oliveira estava claramente a par do que se fazia na Europa no estudo das Ordens Militares. A alegada falta de interesse pelo tema estará relacionada com a institucionalização do relacionamento das ordens militares e o mundo rural. Isto mesmo é mencionado em trabalhos e colóquios realizados em meados da década de 1980. Será o *Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, editado em 2009, que vai constituir um marco na forma diferente de olhar para as comendas urbanas e o coordenador deste livro foi um dos colaboradores deste *Dictionnaire européen* e autores como Damien Carraz já há anos que orientam os seus estudos para esta área.

José Manuel Vargas redigiu “A Comenda da Arruda da Ordem de Santiago”. O autor, bem fundamentado, historia a administração comendatária focando-se na sua estrutura. A vila foi doada aos espatários em 1172, a que se sucedem outras doações e nem sempre a esta ordem militar. O afastamento físico que Arruda tem em relação às outras possessões espatárias, motivou que em 1329 a mesma fosse trocada por Odemira. Entrava agora na posse da Coroa. Mas, duas décadas depois, a troca é desfeita. A Ordem de Santiago passa a dispor de novo dos direitos senhoriais e rendas que são documentalmente conhecidas para o séc. XVI. A interferência espatária nas decisões do executivo municipal da altura era real. O autor analisa a história, lendas e bibliografia existente, o que, cruzada com a documentação compulsada, deu-lhe a localização das casas da comenda da Ordem de Santiago bem como do alegado local do castelo.

“As casas da comenda mestral de Setúbal” é o ensaio que Ana Cláudia Silveira fez publicar neste volume. É um estudo a dar importância às casas das ordens militares como focos de desenvolvimento urbano e da rede viária. As casas da comenda foram implantadas por vezes no exterior da cidade mas quase sempre próximo das portas de acesso às mesmas, logo, nos eixos de penetração, o que, em último lugar, assegurava proteção militar. A documentação que começa lentamente a emergir dos arquivos dá-nos a perspetiva de edifícios que se organizam em torno de um pátio central. No entanto, é de ressaltar que a autora ao elaborar esta visão está a apoiar-se em bibliografia estrangeira pelo que poderá existir um edificado português com configurações díspares. Para o caso da comenda mestral de Setúbal a investigadora entende, após compulsar a documentação existente, que a instalação dos espatários na zona portuária foi decidida com o beneplácito real. Esta opção pelo local será semelhante ao ocorrido em outros locais da Europa.

Luísa Trindade apresentou “Ordens urbanas ou Ordens do Rei? Urbanismo das Ordens Militares no Portugal dos séculos XII a XIV”. A autora chama a atenção para uma semelhança de soluções no que concerne às ordens militares, pois mostram as mesmas preocupações de defesa e povoamento. A coroa terá começado a interferir nas decisões das Ordens primeiro de uma forma, digamos que mais discreta e, a partir de Trezentos, de uma forma mais direta. O urbanismo praticado em Portugal pelas Ordens no seu início pode ter

---

influências internacionais seja nos seus aspetos construtivos (alambor e torre de menagem), como nos topónimos, caso de Castelo Branco e *Chastel Blanc* (entre Tortosa e Trípoli, na Síria). A autora apresenta extensa bibliografia possibilitando caminhar em novas vias de investigação.

Maria Teresa Lopes em “Do Castelo à Ribeira – a urbanização de Alcácer (de finais do século XIII ao início de Quinhentos)” prossegue o seu trabalho incansável de dar a conhecer a história (e histórias) de Alcácer do Sal. A investigadora pensa que Alcácer do Sal é possuidora de um urbanismo orgânico, pois regenera-se a todo o momento tendo como pano de fundo o rio. O casario vai-se erguendo paralelo ao curso de água e os espatários controlam e incentivam a urbanização contando desde logo com os dividendos que irão obter. As elites locais, com a vontade de residir na zona ribeirinha por questões de “status” ou de proximidade com as zonas comerciais, começaram a misturar-se, e não raro, cristãos e judeus, nobres e burgueses, são vizinhos. O traçado de algumas ruas persistiu através dos tempos, destacando-se o caso da Rua Direita, pautada por edifícios e/ou espaços marcados pelo tempo que os “maquillhou” ou reconstruiu as vezes necessárias. A ligação mais visível ao passado resulta da persistência da velha toponímia.

Jorge Rodrigues fez publicar “Priorados, Bailios e Comendadorias do Hospital em Portugal: de Leça ao mosteiro e castelo de Flor da Rosa”. A investigação sobre os hospitalários portugueses revelou-se sempre problemática, graças sobretudo à falta de documentação originada pela Guerra da Restauração. Os documentos existentes permitem a este autor fazer uma história brevíssima da instalação dos Hospitalários em Portugal e o seu avanço para sul. Beneficiam com a doação da igreja de S. João do Alporão, de Santarém, bem como da zona de Belver onde virão a edificar castelo, talvez cabeça da Ordem. As soluções arquitetónicas aqui implantadas como sejam a torre de menagem isolada e um sistema original de tiro foram inovadoras para a época. Uma das joias arquitetónicas hospitalárias é o Mosteiro da Flor da Rosa, edificado inicialmente na centúria de Trezentos graças ao que agora se designa de apoio mecénico. Jorge Rodrigues estabelece uma ligação especial entre a Flor da Rosa e a igreja de Terena apontando o Prior Afonso Pires de Farinha como o cérebro por detrás da construção da Flor da Rosa. Não esquece ainda a igreja de Vera Cruz de marmelar datada de Duzentos e que alberga o Santo Lenho trazida da Terra Santa pelo citado prior. Artigo interessante, pois lembra-nos do valor desta ordem militar, estabelece a ligação entre várias construções, provando que a falta de documentação não é um fator inibidor de estudo e interpretação.

O último estudo, de Cláudio Neto, é sobre “Anónimos e Domésticos. Os freires das Ordens Militares nas cantigas dos trovadores”. Contributo interessante e menos vulgar este o de ler atentamente as cantigas dos trovadores e que se traduzem no contraponto aos livros de linhagens e crônicas onde se relatam feitos de guerra. As cantigas dos trovadores apresentam uma realidade vivida, dado que estes acompanhavam as mesnadas da nobreza do ocidente peninsular que se juntavam às ordens militares no sul da península. O investigador conseguiu, após análise, observar críticas violentas às Ordens Militares, bem como uma caracterização negativa de alguns comendadores. No dizer de Cláudio Neto, “é através da pena dos trovadores que o rosto dos freires surge insólito, urbano, doméstico, retirando-lhes o protagonismo bélico”.